

Políticas lingüísticas no Brasil

O Caso do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho

Professor Titular de Filologia e Língua Portuguesa da USP
Presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina

Introdução

Coube a Alberto Escobar escrever o ensaio inaugural da primeira coletânea de estudos sobre política lingüística publicada no Brasil. Ele discutia ali o caráter multilíngüe e pluricultural da sociedade peruana, antecipando-se a um debate que se tornaria muito forte nestes tempos de globalização: Escobar (1988). Pensei então que apresentar algumas questões de política lingüística no Brasil, com ênfase no Português Brasileiro, seria um modo de homenagear sua memória.

Alberto Escobar ensina-nos que o reconhecimento das situações de multilingüismo tem uma importância fundamental na fixação de uma política lingüística. Mas o que é a política lingüística?

Falando de um modo direto, pode-se entender por isso uma espécie de “Sociolingüística intervencionista”. Mas como o adjetivo “*intervencionista*” poderá não cair bem, acompanho Elvira Arnoux quando ela diz com elegância que “*o estudo das Políticas lingüísticas constitui um campo complexo em que a descrição e a avaliação de situações sociolingüísticas é estimulado por necessidades sociais e, em grande medida, tende a propor linhas de intervenção*”. Por isso mesmo, aquele que se interessa pela política lingüística “*deve aderir a certos princípios políticos, éticos, ideológicos que vão orientar sua pesquisa e suas propostas*”. Arnoux (1999: 13).

A agenda da política lingüística alargou-se consideravelmente no Brasil, desde que os pioneiros Antônio Houaiss e Celso Cunha chamaram a atenção para essa temática, debatendo o problema do padrão brasileiro da língua portuguesa: Houaiss (1960), Cunha (1964). Veio depois a coletânea de Orlandi (Org. 1988) e, em 1999, um debate promovido pela Associação Brasileira de Lingüística, de que resultou o documento “Pela definição da política lingüística no Brasil”: Scliar-Cabral (1999: 7-17).

Olhando a coisa de um ângulo predominante mas não exclusivamente latino-americano, constata-se que os debates sobre política lingüística têm considerado ultimamente pelo menos cinco tópicos: a língua oficial do Estado e sua gestão, a gestão das comunidades bilíngües ou plurilíngües, a gestão das minorias lingüísticas, o Estado e a questão das línguas estrangeiras, e finalmente as políticas lingüísticas supraestatais e os projetos de integração regional.

Este trabalho está organizado de acordo com esses tópicos, concluindo pela desejável ação das sociedades científicas latinoamericanas no debate dessas políticas.

1. A língua oficial do Estado e sua gestão

Este tópico se desdobra em pelo menos três outros: (1) a escolha da língua oficial e identificação do respectivo padrão, (2) a gestão do ensino da língua oficial, que envolverá o sistema escolar e seus agentes, as gramáticas, os dicionários e os novos instrumentos do ensino, e (3) a emissão das “leis de defesa do idioma”, uma prática que surgiu na cultura ocidental quando se constituíram os Estados nacionais, e que reaparece hoje em nossos parlamentos, nem sempre de forma adequada.

1.1 A escolha da língua oficial e a identificação do respectivo padrão

Aparentemente, apenas o Paraguai e o Brasil incluíram a questão da língua oficial em suas constituições. O Art. 5o. da Constituição do Paraguai, de 1967, diz que “*os idiomas nacionais da República são o espanhol e o guarani. O espanhol será de uso oficial.*” O Art. 13 da Constituição do Brasil, de 1988, evitando cuidadosamente a expressão “*idioma nacional*”, que tinha aparecido nos documentos legais anteriores, diz que “*a língua portuguesa é o idioma oficial da*

República Federativa do Brasil”. No Art. 210, parágrafo 2, se estabelece que “*O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*”. Fora do contexto latino-americano, cinco países africanos escolheram o português como sua língua oficial, por ocasião das guerras de independência: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Relativamente à seleção do padrão lingüístico, passamos no Brasil por várias fases, que foram desde a eleição de um padrão regional, uma idéia dos anos 30 e 40 sem fundamento empírico, e que não poderia mesmo dar certo, até o reconhecimento de que o atual polícentrismo da sociedade brasileira deu origem a mais de um padrão, uma constatação que resultou de pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 70. De todo modo, a atitude brasileira tem sido mais equilibrada do que a de nossos vizinhos. Lembre-se que em 1870 a Real Academia de la Lengua Española propôs às antigas colônias a organização de academias correspondentes, para centralizar a “legislação lingüística”, vale dizer, o direito de legitimar o “bom espanhol”. É embaraçoso constatar que, com maior ou menor velocidade, os países hispanoamericanos aderiram a essa proposta: a Colômbia em 1871, o Equador em 1874, o México em 1875, a Venezuela em 1884, o Chile em 1886, o Peru em 1887, a Guatemala em 1888 e a Argentina em 1931. É verdade que outras nações européias, como a França, por exemplo, tiveram a mesma idéia, o que é igualmente lamentável: Calvet (2001). Verdade, também, que novas tendências iluminam hoje os lingüistas hispanoamericanos, cuja agenda ultrapassou felizmente os propósitos da RAE.

1.2 O ensino da língua oficial como língua materna

Parece-me que a tarefa básica com respeito ao Português como língua materna é ainda a de buscar um conhecimento mais minucioso de suas variedades. Enquanto não conhecermos em profundidade nossa língua, continuaremos a ser aplicadores de teorias edificadas sobre outras realidades lingüísticas, maiormente a do inglês. Penso que o mesmo se poderia dizer do Espanhol americano.

Documentar, descrever e historiar e finalmente renovar o ensino do Português serão portanto os caminhos da política lingüística para o Português como língua materna.

1.2.1 Documentação do Português Brasileiro

Um conhecimento mais minucioso do Português pressupõe a organização de grandes corpora de língua, atividade que está se acelerando graças às facilidades trazidas pela informática.

Limitando-me à variedade brasileira, lembro os seguintes acervos, organizados por projetos coletivos de pesquisa (listagem incompleta):

- *Projeto Censo Lingüístico do Português do Rio de Janeiro*, a que sucedeu o PEUL: Paiva / Scherre (1999).
- *Projeto da Norma Urbana Lingüística Culta*, desenvolvido em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Amostras do vasto material coletado foram editadas por Castilho / Preti (Orgs. 1986, 1987), Preti / Urbano (Orgs. 1990), Callou (Org. 1992), Callou / Lopes (Orgs. 1993, 1994), Motta / Rollemberg (Orgs. 1994), Sá / Cunha / Lima / Oliveira Jr. (Orgs. 1996) e Hilgert (Org. 1997).
- *Projeto Variação do Português no Sul*, iniciativa que se desenvolve atualmente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.
- *Banco de dados “Usos do Português”*, do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara. Trata-se de 70 milhões de ocorrências de português escrito, organizados por Francisco da Silva Borba, para a publicação de dicionários e gramáticas: Borba (Org. 1990), Moura Neves (2001).
- *Projeto para a História do do Português Brasileiro*: sobre o subprograma “Corpus diacrônico do PB” desse projeto, ver Castilho (Org. 1998) e Mattos e Silva (Org. 2001).

A Associação Brasileira de Lingüística debateu o assunto em diversas situações. Para uma sümula dos debates e uma relação de acervos organizados até 1995, ver Castilho / Oliveira e Silva / Lucchesi (1995).

A disponibilização via internet dos dados desses projetos - muitos dos quais já utilizáveis nas universidades que os organizaram - aceleraria a pesquisa pela comunidade lusófona inteira.

1.2.2 Investigação científica

Ainda não aproveitamos devidamente o potencial de realização de projetos bilaterais de pesquisa para a descrição e a história do Português Brasileiro e do Espanhol Americano. Esse potencial se assenta, justamente, no sucesso obtido por projetos coletivos conduzidos vitoriosamente nas três últimas décadas, os quais se voltaram para a descrição e na mudança, focalizando ainda que desigualmente as variedades regionais padrão e não-padrão do Português Brasileiro. Há, portanto, uma experiência já acumulada que permite dar esse novo passo, para o aprofundamento de nosso conhecimento da realidade lingüística latinoamericana em toda sua complexidade.

Limitando-me, de novo, à área brasileira, mencionarei os seguintes projetos:

- Projetos de caráter sincrônico sobre o português padrão e/ou popular. *Projeto de Gramática do Português Falado*: Castilho (Org. 1990,1993); Castilho e Basílio (Orgs. 1996); Ilari (Org. 1992); Kato (Org. 1996); Koch (Org. 1996); Moura Neves (Org. 1999); Abaurre e Rodrigues (Orgs., no prelo). No caso da África, desenvolveu-se o *Projeto sobre o Português Moçambicano*: Gonçalves (1996), Stroud / Gonçalves (Orgs. 1997), Gonçalves (1998). Precisaríamos partir agora para a comparação sistemática dos achados desses projetos.
- Projetos de interesse diacrônico: *Projeto para a História do Português Brasileiro*: Castilho (Org. 1998), Mattos e Silva (Org. 2001). *Prosódia, sintaxe e mudança lingüística: do Português Clássico ao Português Europeu Moderno*, coordenado por Charlotte Galves: www.ime.usp.br/~tycho.
- Projetos sobre contactos lingüísticos. Com respeito aos crioulos de base portuguesa, “*tanto em São Tomé como em Cabo Verde (...) explodiu com uma intensidade imprevista, de tal modo que se apoderou totalmente da comunicação oral quotidiana [após a Independência]*”²: Ferreira (1988: 49). O fenômeno parece menos visível no

Brasil. Gregory Guy exclui a possibilidade de um crioulo de base indígena e defende a existência de um crioulo de base africana, que fundamentaria o português popular brasileiro. Essa tese, como se sabe, foi repudiada por Fernando Tarallo, para quem a descrioulização do português brasileiro tê-lo-ia levado de volta ao português europeu, fato não comprovado. A partir dos anos 90, novas pesquisas tiveram lugar, destacando-se as iniciativas de Hildo Honório do Couto na Universidade de Brasília e de Allan Baxter e Dante Lucchesi na Universidade Federal da Bahia: Castilho (1999-2000: 31-36). Quanto aos contactos entre o Português e o Espanhol da América, tornou-se bem conhecida a situação na fronteira uruguaio-brasileira graças às pesquisas de Hensey (1967), Elizaincin (1979), Elizaincin / Behares / Barrios (1987), Barrios (1999). Está ainda no nível do anedotário o estudo do “portunhol”, como um novo campo de indagações, de interesse para verificar como as comunidades representam a língua do vizinho.

1.2.3 Ensino do Português como língua materna

Durante a primeira metade do século passado, ensinar Português a brasileiros confundia-se com ensinar gramática. Cultivava-se a convicção de que sabendo gramática escreve-se bem e lê-se melhor. Com o andar da carruagem se percebeu que ensinar Português como língua materna é muito mais refletir sobre a língua do que qualquer outra coisa. A fase da gramatiquice, solidamente casada com o purismo parecia ter acabado. Mas o que se nota nos dias que correm é uma ressurreição do malfadado casal, promovido pela mídia brasileira ! Ignorando o avanço das pesquisas sociolingüísticas, jornais de grande tiragem e canais de televisão abriram generosamente suas portas a um tipo de argumentação que supúnhamos enterrado. Bagno (2000) e Fiorin (2000) discutem minuciosamente a volta aos consultórios gramaticais e seus efeitos de exclusão social na sociedade brasileira. Ainda bem que essa volta ao passado não cala a voz daqueles que apresentam propostas calcadas em considerações científicas.

E de fato, a pesquisa acadêmica séria vem gerando uma considerável bibliografia de interesse para a elevação do nível do ensino do Português como língua materna. Apresento a seguir uma listagem não exaustiva dessas contribuições:

- Alfabetização, cindindo-se as posições entre a psicogênese, com Emilia Ferrero à frente, e um debate mais propriamente lingüístico do fenômeno, que pode ser visto em Abaurre (1993), Silva (1991), Cagliari (1992), Massini-Cagliari (1997), Mollica (1998), entre outros. O Centro de Alfabetização e Leitura da Universidade Federal de Minas Gerais, fundado por Magda Soares, tem dado contribuições relevantes.
- Gramática como reflexão: Castilho (1998), Bechara (1999), Moura Neves (1999).
- Lingüística do texto: Fávero / Koch (1983), Koch (1989), Koch / Travaglia (1991).
- Vocabulário e Semântica: Antunes (1996), Ilari (2001).

Firma-se progressivamente a percepção de que é necessário associar os alunos no processo de ensino-aprendizagem, via desenvolvimento de projetinhos na sala de aula, transformando-se a escola mais num percurso do que num curso. A esse respeito, ver Castilho (1998) e Bagno (1999).

Um fato novo no ensino do Português foi a incorporação da língua falada nas práticas de ensino. Em 1997 o MEC publicou os *Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa*, em que pela primeira vez em documentos desse tipo se recomenda a inovação, solidamente fundada nas pesquisas desenvolvidas em nossas universidades. Propostas concretas nessa direção foram publicadas antes e depois da edição dos *Parâmetros*. Travaglia (1996), Ramos (1997) e Castilho (1998). Vou deter-me um pouco neste tópico.

Projetos coletivos desenvolvidos no Brasil depois do anos 70, já aqui mencionados, mostraram que a língua falada, com seus processos gramaticais correlacionados com as pressões do discurso, se constitui num excelente campo no qual poderá erguer-se uma nova pedagogia do Português. Passo a resumir minha percepção de como isso poderia ser feito.

Via de regra o aluno brasileiro da escola pública não procede de um meio letrado. Sua família enfrenta as tensões da vida urbana, uma novidade para muitas delas. A escola poderia inicialmente valorizar seus hábitos culturais, levando-o a adquirir novas habilidades desconhecidas de seus pais. O ponto de partida para a reflexão gramatical em sala de aula será o conhecimento lingüístico de que os alunos dispõem ao chegar à escola: a conversação. O ponto de chegada será a observação do conhecimento lingüístico “do outro”, expresso nos textos escritos de interesse prático (jornais, revistas de atualidades) e nos textos literários, cujo projeto estético será examinado. Minha proposta toma como ponto de partida a língua que adquirimos em família. Com ela nos confundimos, e nela encontramos nossa identidade. Ver considerado na escola seu modo próprio de falar, ser sensibilizado para a aceitação da variedade lingüística do outro, saber escolher a variedade adequada a cada situação parece-me representar o ideal da formação lingüística do cidadão numa sociedade democrática.

Com respeito mais propriamente à reflexão gramatical calcada na oralidade, é necessário reconhecer, inicialmente, que a percepção mais difundida da análise gramatical na escola identifica-a a um vasto esforço classificatório das expressões lingüísticas, isto é, à organização do repertório de produtos que decorrem de processos não discutidos na prática escolar. Proponho que nos movamos para a identificação dos processos constitutivos da conversação, do texto e da sentença. Com isto, os produtos passam necessariamente para um segundo lugar, o que não significa que serão esquecidos.

Nesta perspectiva, a gramática deixa de ser o lugar das certezas absolutas, cedendo o passo à gramática como um debate contínuo, alimentado pelo professor e por seus alunos, movidos pelo desejo da descoberta científica. Para fazer girar o debate, cada grupo de aulas será transformado num projetinho de pesquisa, alimentado por dados, hipóteses, perguntas nelas fundamentadas e respostas que abrem novas perspectivas de indagação, e assim por diante.

É evidente que as hipótese partem de um lugar teórico dado. Deveria, portanto, o professor de Português de primeiro e segundo graus filiar-se a uma única direção teórica ? Se é verdade que do lingüista interessado numa dada questão se requer a seleção prévia de um modelo teórico, tendo em conta o “caráter encondido” do

objeto e a necessidade de consistência, para o professor o ecletismo será mais recomendável. Assim, as reflexões gramaticais poderiam inicialmente valorizar uma abordagem funcional da linguagem, desenvolvendo-se num segundo momento uma argumentação formalmente orientada, em que as indagações sobre a pragmática da língua cedem espaço a um raciocínio guiado por condições estabelecidas de antemão. É evidente que em cada movimento didático nos manteremos numa posição teórica claramente estabelecida. É isso que entendo por ecletismo.

Adotando nas atividades escolares um percurso que parte de observações sobre como se organiza uma conversação real, considera em seguida o “texto falado” que aí se organizou, e reflete finalmente sobre a sentença, estaremos refazendo a caminhada da reflexão lingüística no Ocidente. Todos nós sabemos que no mundo greco-latino a Gramática surgiu da Retórica. Foi do estudo dos processos de argumentação e de articulação do texto que se chegou à estrutura da palavra e da sentença, e daí às diferentes percepções sobre o funcionamento da língua.

Entretanto, com o passar do tempo, perdemos de vista o interesse discursivo fundador, do qual decorre, aliás, a terminologia gramatical ainda hoje usada. E a gramática, que não era uma disciplina autônoma, assumiu uma vida própria, descolou-se de suas origens, escolarizando-se, na pior acepção desse termo. Obscureceu-se sua argumentação, empobrecendo-se seu alcance educativo. Proponho retomar a caminhada, começando pela enunciação conversacional até atingirmos o enunciado sentencial. Da liderança do professor em sala de aula decorrerá a proposta e o exame de conjuntos organizados de questões, instalando-se uma nova ética nas escolas.

Esta proposta se desdobra em três aspectos, que aqui resumo: (1) *Abordagem teórica*: da língua como atividade social (e, portanto, de um modelo funcional de gramática) para a língua como uma estrutura (donde um modelo estrutural de gramática), e finalmente para a língua como uma atividade mental (com a apropriação das descobertas da gramática gerativa, cujas observações transcendem o Português, buscando comparações com outras línguas). (2) *Desenvolvimento metodológico*: (i) da Análise da Conversação para a Lingüística do Texto e desta para a Gramática; (ii) da língua falada para a língua escrita, consideradas ambas em suas variedades de

registro. (3) *Implicações pedagógicas*: das aulas de veiculação de pacotes prontos, os famosos “pontos da gramática”, para as aulas de descoberta, em que a reflexão vem primeiro e a classificação vem depois. Em suma, não se trata de “ensinar gramática”, e sim de “refletir sobre a gramática da língua interiorizada”. Ou, na síntese de Geraldi (1996: 63 e 130), *“Todas estas considerações mostram a necessidade de transformar a sala de aula em um tempo de reflexão sobre o já-conhecido para aprender o desconhecido e produzir o novo”*.

A agenda da política linguística do Português como língua materna que acabo de relatar está implantada na Linguística brasileira, de onde se espera que irradie para o magistério de primeiro e segundo graus. As universidades brasileiras têm a este respeito uma grave responsabilidade.

1.3 A legislação sobre a língua oficial

Finalmente, constata-se que o Estado vez ou outra decide gerir a língua oficial por meio de leis, e aqui temos desde as “leis que quase pegam”, como as dos acordos ortográficos, até as “leis que não pegam de jeito algum”, como aquelas que pretendem defender a pureza do idioma pátrio, ameaçada por supostas razões que vão desde a incúria dos cidadãos até a invasão dos estrangeirismos – os espanholismos, os francesismos, e agora os anglicismos, por ordem de entrada no palco. Varela (1999) e (2000) mostra que a Argentina foi igualmente atacada por essas manias.

2. Gestão das comunidades bilíngües ou plurilíngües

Várias comunidades latinoamericanas dispõem de mais de uma língua oficial, levantando problemas de planejamento linguístico. Se o modelo do multilingüismo vencedor ao que me parece na União Européia for adotado no Mercosul, toda a documentação oficial *“deveria ser traduzida em três línguas: espanhol, português e guarani”*. Born (1999). A ampliação desse grupo alterará naturalmente esse número. Mais complexa parece ser a situação na África Portuguesa, em que o quadro plurilíngüe é mais desafiador.

Entram aqui em consideração também as comunidades dotadas de uma sorte de “bilingüismo interno”, em que variedades regionais de migrantes internos são praticadas por largas fatias da população

no berço mesmo da comunidade de atração. O drástico aumento da população da cidade de São Paulo no séc. XX deu origem a esse fenômeno, seja pela chegada de paulistas do interior do Estado, seja pela chegada de brasileiros de outras regiões, como se pode ver no seguinte quadro, transcrito de Muszynski (1986: 22):

Migração interestadual por região - percentuais

REGIÃO DE ORIGEM	ANOS			
	1950	1974	1978	1982
Norte	0,5	-	-	4
Nordeste	27,8	48	49	56
Centro-Oeste	6,6	3	2	2
Sudeste	54,6	39	35	25
Sul	10,6	10	14	13
TOTAL	100	100	100	100

Esse quadro mostra um contingente expressivo oriundo do Nordeste, enquanto que o aporte de outras regiões se mostra declinante. Isto fez de São Paulo - localizada em pleno Sudeste - uma das maiores cidades nordestinas do Brasil. Quanto ao nível sociocultural desses migrantes, um estudo específico apurou que 1.140.065 indivíduos tinham vindo para São Paulo no período de 1952 a 1961, observando-se entre eles uma média de 87% de analfabetos. Ainda está por ser analisado mais amplamente o impacto da modalidade popular praticada por esses falantes sobre o português paulistano, em que pese a pesquisa de Rodrigues (1987) sobre as regras de concordância. Alves (1979) examinou a atitude linguística dos nordestinos com relação ao falar paulista. Ela estratificou seus informantes, dividindo-os em praticantes do “falar bahiano” e do “falar pernambucano” - este, mais valorizado que aquele entre seus sujeitos.

3. Gestão das minorias linguísticas

Pelo menos dois tópicos têm corporificado uma política linguística para as minorias: (1) documentação e descrição de sua fala; (2) planos de ensino formal a ser-lhes ministrado. No caso brasileiro,

são aqui consideradas as comunidades indígenas e as concentrações de imigrantes europeus e asiáticos não falantes de Português.

Quando aos indígenas, depois da fase da educação com objetivos “civilizatórios” e integracionistas, ministrada sempre em Português, irrompeu no Brasil a partir de 1970 uma nova fase, a da educação bilíngüe: Oliveira e Oliveira (1996). Constata-se nesse novo momento a “explosão das diferenças” e uma construção identitária alternativa à “nacional”, modificando-se o papel do lingüista, que agora apenas concorre para a *“elucidação conceitual da reflexão lingüística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas”*: Oliveira (1997). Guardadas as enormes diferenças de densidade populacional e nível cultural, essa política assemelha-se à mexicana, que conheceu três momentos, segundo Hamel (1999: 189): (i) o monoculturalismo, que nega a diversidade e busca a inclusão social dessas comunidades, (ii) o multiculturalismo, que reconhece como um “problema” a diversidade, mas persiste na política de inclusão, e (iii) o pluriculturalismo, em que se assume a diversidade como um recurso enriquecedor da sociedade em seu todo, valorizando-se a base cultural própria.

Quanto aos imigrantes europeus e asiáticos, não-falantes do Português, a situação mais grave ocorreu no Brasil Meridional. À integração mais rápida dos italianos migrados para São Paulo, tinha-se contraposto a integração mais demorada dos alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o que gerou políticas governamentais agressivas, durante a vigência do Estado Novo: Oliveira (1999).

4. O Estado e o ensino das línguas estrangeiras

Com respeito ao ensino da ou das línguas estrangeiras, as propostas vão desde o princípio de que os cidadãos deveriam entender bem uma língua estrangeira, mesmo sem a falar, até uma proposta mais radical, que é a de promover uma educação bilíngüe precoce, desde o nível fundamental, agregando-se uma segunda língua estrangeira no curso médio: Fischer (1999: 265).

Generaliza-se a preocupação de que os cidadãos monolíngües correm o risco de reduzir-se a “deficientes lingüísticos” no terceiro milênio. Com isso, os objetivos da escolaridade passam a incluir o

conhecimento prático de duas línguas, além da língua materna. Uma questão central aqui é aprender outra língua sem matar a sua. Passo a mencionar a experiência escandinava neste particular, o ensino do português e do espanhol na América Latina, e a atuação dos organismos multinacionais.

No Brasil, pode-se dizer que até os anos 70 o Estado se encarregou do ensino de línguas estrangeiras, ministrando no primeiro e segundo graus cursos obrigatórios de Francês e Inglês, e por vezes de Espanhol. A globalização acentuou a necessidade de dominar línguas estrangeiras, mas o que se tem visto é a progressiva transferência para a iniciativa privada das obrigações daí decorrentes.

4.1 A experiência escandinava

A experiência escandinava, aparentemente refletida nas propostas ensino de línguas românicas de Claire Blanche-Benveniste e de Jürgen Schmidt-Jensen, fundamenta-se em *“três possíveis formas de entendimento: primeiro a semicomunicação [cada um fala sua língua materna], segundo a interlinguagem [criação de um idioma, ainda não efetivada], terceiro a promoção e proliferação de conhecimentos passivos [um modelo para a Europa em geral]”*. Born (1996).

O Português e o Espanhol Europeus foram considerados nesta perspectiva, estando em andamento projetos multilaterais.

4.2 Ensino do português e do espanhol na América Latina

A criação do Mercosul provocou um grande interesse pelo ensino do Português e do Espanhol na América Latina. Muitas iniciativas foram tomadas pelas universidades e por associações científicas, mas sem dúvida faz falta, por parte do Brasil, a organização do que poderia chamar-se “Instituto Machado de Assis”. Portugal tem o seu operoso Instituto Camões, a Espanha dispõe do Instituto Cervantes, mas o governo brasileiro parece não ter ainda despertado para suas obrigações lingüísticas, contentando-se em gerir os Centros de Cultura Brasileira anexos a várias embaixadas.

Segundo José Carlos Paes de Almeida Filho, em relatório que escreveu em 1997, a perspectiva do ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas potencializou a pesquisa aplicada em alguns centros nacionais de pós-graduação. Há uma demanda cres-

cente de professores de Português, brasileiros e estrangeiros, por publicações teóricas sobre os processos de ensino-aprendizagem (por exemplo, a questão metodológica do ensino de línguas muito próximas, como o Português e o Espanhol) e por cursos de Atualização, Especialização e Pós-Graduação *stricto sensu*. Materiais didáticos e publicações voltadas para a formação do professor serão progressivamente mais requeridos nos próximos anos por governos, secretarias, Ministérios da Educação, de Relações Exteriores, agências internacionais e universidades.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade de Brasília e as Universidades Federais Fluminense, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul têm oferecido respostas concretas a essa demanda. A primeira criou em 1991 o Exame Unicamp de Proficiência em Português, que serviu de base ao Exame Nacional de Proficiência, aprovado em 1992 pelos Ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores.

Com respeito à formação continuada de professores de Português para estrangeiros, foi realizado em novembro de 1996 o primeiro Seminário de Atualização em Português Língua Estrangeira e Culturas Lusófonas reuniu 22 professores do Mercosul, com apoio da UNESCO, União Latina e Ministério da Educação e Cultura do Brasil. A Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, fundada em 1992 por inspiração do Centro de Ensino de Línguas da Unicamp, realizou diversos cursos especiais para a formação de professores, tendo passado em 1997 a organizar um congresso anual em universidades brasileiras. Cursos voltados para o ensino do Português e da Cultura Brasileira foram ministrados nos seguintes países: Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Costa Rica, Cuba, Moçambique, Itália e Espanha.

Diferentes materiais de ensino têm sido publicados, desde o pioneiro *Português para Estrangeiros: Pressupostos para o Planejamento de Cursos e Produção de Materiais*, 1976, de Leonor Lombelo, até os volumes organizados por Almeida Filho e Lombelo (Orgs. 1992), Almeida Filho (Org. 1991, 1997). Falta investir mais em dicionários bilíngues português-espanhol que levem em conta as variedades latino-americanas dessas línguas. Para outras informações sobre o ensino do Português na América Latina, ver Cariello / Giménez (1994) e Varela (1999).

4.3 Atuação dos organismos multinacionais

Como bem reconhece Rainer Enrique Hamel, *“a tradicional divisão entre o local, o nacional e o internacional já não se sustenta”*, surgindo *“terceiras culturas desterritorializadas como a nova cultura empresarial, a eletrônica, a ecologia e múltiplas expressões de sincretismos e hibridações”*: Hamel (1995). Perguntar qual o efeito disso tudo no ensino e na pesquisa é a grande questão de hoje. O Mercosul é hoje uma realidade de que devemos nos orgulhar, apesar das naturais trepidações que acompanham a vida de grupos dessa natureza. Além de suas atividades econômicas, esse organismo debate hoje uma política cultural gerida em grande parte pela “Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu”, AUGM. A AUGM *“foi criada em 1991, poucos meses após a assinatura do Tratado de Assunção, tendo como principal objetivo o fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos, de pesquisa e de transferência do conhecimento entre os participantes e de contribuir para o processo de integração acadêmica em todos os níveis”*: Meneghel (1998). Essa Associação está integrada por cinco universidades argentinas, uma paraguaia, uma uruguaia e cinco brasileiras. Três programas organizam as atividades da AUGM: Programa de mobilidade acadêmica, Programa jovens investigadores e Programa de núcleos disciplinares e comitês acadêmicos.

5. Políticas linguísticas supraestatais: projetos de integração regional

A articulação dos grandes blocos de nações na última década deu origem a alguns fatos políticos impensáveis até pouco tempo atrás: a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), o Tratado de Livre Comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México (Nafta), a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) reúnem nações que se guerrearam no passado, consumindo um tempo útil no cultivo de grandes desconfianças mútuas. Políticas linguísticas passaram a ser discutidas no interior desses blocos, tais como o problema da tradução de instruções sobre produtos, a fixação de uma terminologia científica e tecnológica compartilhada, os direitos linguísticos da cidadania, etc. Sobre o planejamento da política linguística no Mercosul, remeto ao bem documentado estudo de Gabbiani (1999).

Debates em reuniões científicas e em órgãos governamentais têm buscado especificar os requisitos para a formação da cidadania num mundo progressivamente globalizado. Entre outras sugestões, tem-se indicado que o cidadão das democracias do século ora em seu nascedouro precisa dominar pelo menos três habilidades: (i) computação eletrônica, (ii) recepção e produção de textos, e (iii) domínio de duas línguas estrangeiras, pelo menos. Se os cavalheiros que fazem tais afirmações estão certos, conclui-se que a globalização fará chover na horta dos lingüistas pelo menos dois terços dessas águas inesperadas. A hora presente será, portanto, de nos entender sobre o que plantar e como plantar. Afinal, a língua portuguesa é atualmente a oitava língua mais 'falada no mundo, em número de falantes, situando-se no quinto lugar em difusão internacional¹. Se formos competentes, sobrarão hortaliça para todo mundo !

Finalizando: a ação das sociedades científicas no debate sobre políticas lingüísticas

A consolidação das pesquisas lingüísticas e literárias, as atividades dos mais de 50 programas de pós-graduação brasileiros e a expansão do ensino superior deram lugar a uma expressiva proliferação de sociedades científicas no Brasil, voltadas para as questões da língua.

Começando pelo pioneirismo da Associação Brasileira de Lingüística e do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, ambos fundados em 1969, e observando a criação de novas associações nacionais (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Associação Brasileira de Literatura Comparada, Associação Brasileira de Lingüística Aplicada) e regionais (Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, Grupo de Estudos Lingüísticos do Norte, Centro de Estudos

¹ Considerando o número de falantes, esta é a lista atual: (1) chinês, um bilhão de falantes, (2) inglês, 500 milhões, (3) hindi, 497, (4) espanhol, 392, (5) russo, 277, (6) árabe, 246, (7) bengali, 211, (8) português, 191, (9) malásio, 157, (10) francês, 129. Projeções de crescimento demográfico prevêm que por volta de 2025, o português subirá para a sétima posição, com 285 milhões, e o espanhol cairá para a quinta posição, com 484 milhões.

Linguísticos e Literários do Paraná, Associação de Estudos Linguísticos do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Linguísticos do Sul), concluiu-se que uma discussão sobre políticas linguísticas deveria ser desenvolvida por essas associações e suas congêneres hispano-americanas, em convênio com a Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). Concentrarei minha atenção na ALFAL.

A ALFAL foi criada em 1964, e nunca descontinuou sua atuação, desde que o Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr., da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi seu primeiro presidente.

São objetivos dessa associação *“fomentar o progresso tanto da lingüística teórica e aplicada e da filologia na América Latina –especialmente da lingüística geral, da lingüística indígena e da lingüística e filologia hispânicas e portuguesas– como da teoria e crítica literárias”*. A ALFAL conta atualmente com cerca de 1400 sócios, dos quais 800 ativos, residentes em praticamente todos os países das Américas (Antilhas Holandesas, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela), além de vários países da Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Suécia), da Ásia (Coréia, Japão) e ainda a ilha-continente, a Austrália.

A ALFAL realizou até aqui doze congressos internacionais, dos quais dois no Brasil (II, Universidade de São Paulo, 1969; IX, Universidade Estadual de Campinas, 1990), e se prepara agora para seu primeiro congresso no século XXI, a realizar-se na Costa Rica, em 2002. Ela publica desde 1989 a revista *Lingüística* (11 números publicados, o último dos quais dedicado a retratar a Lingüística Brasileira), editando ainda as *Atas de Congressos* (11 volumes, alguns com vários tomos), os *Cuadernos de Lingüística* (9 volumes) e os 11 números de seu *Boletín Informativo*.

São do maior interesse suas Comissões de Pesquisa, integradas por especialistas que organizam uma agenda de trabalhos, cujos resultados são apresentados em encontros regionais, os “alfalitos”, e nos congressos internacionais. A atual Diretoria está se esforçando para ampliar seu número, desde que garantida uma ação científica que aproxime hispanistas, lusitanistas e indigenistas à volta de temas de comum interesse.

É por demais evidente que deveríamos nos valer dessas associações para debater concertadamente uma política lingüística para o Português e o Espanhol da América, através da formação de grupos de trabalho.

São questões bastante óbvias. Menos óbvia será nossa real determinação em debatê-las, achar os caminhos prováveis, e dispor da energia necessária para implementar o que for acordado. Esse é, creio, o maior desafio lançado presentemente aos lingüistas latino-americanos: para além de seu continuado preparo científico, requer-se disposição de assumir suas responsabilidades sociais, e vontade política para implementar as decisões tomadas após debates com a sociedade. Esse desafio supõe necessariamente uma união fraterna à volta de objetivos comuns, cuidadosamente definidos.

BIBLIOGRAFÍA

Abaurre, Maria Bernardete M.

- 1993 Língua oral, língua escrita: interessam à Lingüística os dados da representação da aquisição da representação escrita da linguagem? *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, vol. II, pp. 361-384.

Abaurre, Maria Bernardete M. / Rodrigues, Ângela Cecília S. (Orgs. no prelo).
s/f. *Gramática do Português Falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp.

Almeida Filho, José Carlos Paes e Lombello, Leonor (Orgs.)

- 1992 *Identidade e Caminhos no Ensino de Português para Estrangeiros*. Campinas: Pontes.

Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.)

- 1991 *Português para Estrangeiros: Interface com o Espanhol*. Campinas: Editora Pontes.

Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.)

- 1997 *Parâmetros Atuais no Ensino de PLE*. Campinas: Editora Pontes.

Alves, Maria Isolete P.

- 1979 *Atitudes lingüísticas de nordestinos em São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado.

Antunes, Irandé Costa

- 1996 *Aspectos da Coesão do Texto. Uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Editora Universitária / Universidade Federal de Pernambuco.

Arnoux, Elvira

- 1999 Política lingüística: los contextos de la disciplina. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, pp. 13-24.

Bagno, Marcos

1999 *Pesquisa na Escola: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.

Bagno, Marcos

2000 *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola.

Barrios, Graciela

1999 Políticas lingüísticas en el Uruguay: estándares vs. dialectos en la región fronteriza uruguayo-brasileña. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística* 24: 65-82.

Bechara, Evanildo

1999 *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.^a edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

Borba, Francisco da Silva (Org.)

1990 *Dicionário Gramatical de Verbos*. São Paulo: Editora da Unesp.

Born, Joachim

1996-1999 Plurilingüismo e bilingüismo na Europa e na América do Sul: a União Européia é um modelo para o Mercosul? Comunicação ao I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicada em *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, pp. 103-122.

Cagliari, Luís Carlos

1992 O segredo da alfabetização. *Jornal da Alfabetizadora* 20: 9-11 [Porto Alegre: Ed. Kuarup e PUC-RS]

Callou, D. I. (Org.)

1992 *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, vol. I, Elocuções Formais.

Callou, D. I. e Lopes, C. R. (Orgs.)

1993 *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, vol. II, Diálogo entre Informante e Documentador.

Callou, D. I. e Lopes, C. R. (Orgs.)

1994 *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPEL, vol. III, Diálogos entre dois informantes.

Calvet, Louis-Jean

2001 Identité et multilinguisme. Intervenção no congresso “Três espaços linguísticos (hispânico, lusófono, francófono) diante dos desafios da globalização”. Agradeço a Lia Varela por ter-me facilitado esse texto, ainda inédito.

Cariello, Graciela B / Giménez, Ricardo A.

1994 La enseñanza del portugués en el contexto del Mercosur: el caso de Argentina. In: Arno Carlos Lehnen / Iara Regina Castello / Sílvia B. Morelli de Bracali (Orgs. 1994). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Uruguaiana: Prefeitura Municipal, pp. 114-117.

Castilho, Ataliba Teixeira de / Preti, Dino. (Orgs.)

1986 *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. I, Elocuções Formais.

Castilho, Ataliba Teixeira de / Preti, Dino (Orgs.)

1987 *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. II, Diálogos entre dois informantes.

Castilho, Ataliba Teixeira de / Oliveira **E Silva, Giselle Machline / Lucchesi, Dante

1995 Informatização de acervos da Língua Portuguesa. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística* 17: 143-154.

Castilho, Ataliba Teixeira de

1998 *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto.

Castilho, Ataliba Teixeira de (Org.)

1990 *Gramática do Português Falado*, vol. I, A Ordem. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 2.^a ed., 1991, 3.^a ed., 1997.

Castilho, Ataliba Teixeira de (Org.)

1993 *Gramática do Português Falado*, vol. III, As Abordagens. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp.

Castilho, Ataliba Teixeira de / Basílio, Margarida (Orgs.)

1996 *Gamática do Português Falado*, vol. IV, Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp.

Castilho, Ataliba Teixeira de

1999-2000 Para a história do Português de São Paulo. *Revista Portuguesa de Filologia* XXIII, 29-70.

Cerrón-Palomino, Rodolfo

1990 Hacia una Filología Amerindia. In: *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, pp. 415-418.

Cunha, Celso

1964 *Uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Elizaincin, Adolfo

1979 Estado actual de los estudios del fronterizo uruguayo-brasileño. *Cuadernos del Sur* 12: 119-140.

Elizaincin, Adolfo / Behares, Luis / Barrios, Gabriela

1987 *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevideo: Amesur.

Escobar, Alberto

1988 Lingüística y Política. In: Eni Pulcinelli Orlandi (Org. 1988, pp. 11-26).

Fávero, Leonor L. / Koch, Ingedore Grunfeld V.

1983 *Lingüística Textual*. São Paulo: Cortez.

Ferreira, Manuel

1988 *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?* Lousã: ALAC.

Fiorin, José Luiz

2000 Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceito lingüístico. In: Fábio Lopes da Silva e Heronides Maurílio de Melo Moura (Orgs. 2000). *O Direito à Fala*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., pp. 23-38.

Fischer, Klaus

- 1999 Políticas lingüísticas en la Unión Europea y Mercosur. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, pp. 257-278.

Geraldi, João Wanderely

- 1996 *Linguagem e Ensino*. Campinas, Mercado de Letras.

Gabbiani, Beatriz

- 1999 Las políticas lingüísticas regionales del Mercosur: propuestas, obstáculos y avances de los últimos cinco años. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, vol. 2, pp. 271-280.

Gonçalves, Perpétua

- 1996 *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane / Faculdade de Letras.

Gonçalves, Perpétua

- 1998 *Mudanças do Português em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária / Universidade Eduardo Mondlane.

Hamel, Rainer Enrique

- 1995 Direitos lingüísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: *Alteridades 5* (1995): 11-23.

Hamel, Rainer Enrique

- 1999 Hacia una política plurilingüe y multicultural. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, pp. 289-296.

Hensey, Frederick H.

- 1967 *Linguistic Consequences of Natural Contact in a Border Community*. Austin: University of Texas at Austin, Ph. Dr. Dissertation.

Hilgert, José Gaston (Org.)

- 1995 *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ediupf / Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, vol. I, Diálogos entre informante e documentador.

Houaiss, Antônio

1960 *Sugestões para uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

Ilari, Rodolfo (Org.)

1992 *Gramática do Português Falado*, vol. II, Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Ilari, Rodolfo

2001 *Introdução à Semântica. Brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto.

Kato, Mary (Org.)

1996 *Gramática do Português Falado*, vol. V, Convergências. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp.

Koch, Ingedore Grunfeld V.

1989 *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto.

Koch, Ingedore Grunfeld V. (Org.)

1996 *Gramática do Português Falado*, vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp.

Koch, Ingedore Grunfeld V. / Travaglia, Luiz Carlos

1991 *A Coerência Textual*. São Paulo: Contexto.

Massini-Cagliari, Gladis

1997 *O Texto na Alfabetização*. Campinas: Edição da autora. **Mattos E Silva, Rosa Virginia (Org. 2001). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. II, Primeiros estudos, tomos I e II. São Paulo: Humanitas / Fapesp.

Meneghel, Stella

1998 *A Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná e o CODESUL*, relatório inédito, outubro de 1998.

Mollica, Maria Cecília

1998 *Influência da Fala na Alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Motta, J. e Rollemberg, V. (Orgs.)

1994 *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, vol. I, Diálogos entre Informante e Documentador.

Moura Neves, Maria Helena

1990 *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto.

Moura Neves, Maria Helena

1999 *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp.

Moura Neves, Maria Helena (Org.)

1999 *Gramática do Português Falado*, vol. VII. São Paulo / Campinas: Humanitas / Editora da Unicamp.

Muñoz C., Hector

1990 La comunicación entre el indio y el blanco. In: *Actas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, 1993, pp. 421-431.

Muszynski, M. J. de B.

1986 *O impacto político das migrações internas: o caso de São Paulo (1945-1982)*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.

Oliveira, Gilvan Müller de / Oliveira, Sílvia M.

1995 Formação de professores: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingáng. In: *Anais do I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul*, no prelo.

Oliveira, Gilvan Müller de

1997 O que quer a Lingüística e o que se quer da Lingüística na Pedagogia da Diferença?: a delicada questão da assessoria ao movimento indígena. Texto apresentado à I Conferência Ameríndia, Cuiabá, 17 a 21 de novembro de 1997, inédito.

Oliveira, Gilvan Müller de

1999 Políticas lingüísticas no Brasil Meridional. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos

Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, vol. 2, pp. 405-416.

Oliveira, Gilvan Müller de

2000 Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: Fábio Lopes da Silva e Heronides Maurílio de Melo Moura (Orgs. 2000). *O Direito à Fala*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., pp. 83-92.

Orlandi, Eni Pulcinelli (Org.)

1988 *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.

Paiva, Maria da Conceição de / SCHERRE, Maria Marta Pereira

1999 Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL. *Lingüística* 11: 203-230.

Preti, D. e Urbano, H. (Orgs.)

1990 *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. III, Diálogos entre o Informante e o Documentador.

Ramos, Jânia

1997 *O Espaço da Oralidade na Sala de Aula*. São Paulo: Martins Fontes.

Rodrigues, Ângela Cecília de Souza

1987 *A Concordância Verbal no Português Popular em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutoramento inédita. ** SÁ, M. P. M.-CUNHA, D. A. C. da-LIMA, A. M. e Oliveira JR., M. (Orgs.)

1996 *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, vol. I: Diálogos entre informante e documentador.

Scliar-Cabral, Leonor

1999 Definição da política lingüística no Brasil. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística* 23: 1999, 7-17.

Silva, Ademar da

1991 *Alfabetização: a Escrita Espontânea*. São Paulo: Contexto.

Stroud, Christopher e Gonçalves, Perpétua

1996 *Panorama do Português Oral de Maputo*, 2 vols. Maputo: INDE / Stockholm Institute of Education.

Travaglia, Luís Carlos

1996 *Gramática e Interação*. São Paulo: Cortez Editora.

Varela, Lia

1999 Mi nombre es nadie: la política lingüística del Estado Argentino. In: *Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional [1997]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, vol. 2, pp. 583-589.

Varela, Lia

1999 La Argentina y las políticas lingüísticas de fin de siglo. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística* 24: 83-95.